

Sarney admite que Congresso derrube ministros

PFL está autorizado a negociar a fórmula que objetiva a manutenção do presidencialismo

Em reunião com os cinco ministros e o comando do PFL, na noite de segunda-feira no Alvorada, o presidente Sarney autorizou os pefelistas a negociarem na Constituinte a substituição do voto de censura a ministros civis e qual, dentro do sistema presidencialista de governo, provocaria a queda automática do ministro censurado pela maioria absoluta do Congresso Nacional (no caso de maioria simples, a queda poderia receber o veto do Presidente da República).

A adoção do voto de censura seria uma maneira de negociar-se o presidencialismo com Congresso forte, mas, nos termos dramáticos com que foi posta à mesa de reunião no Alvorada, surgiu em grande parte como uma defesa para o PFL contra as pressões dos ministros do PMDB, contra alguns dos quais Sarney ouviu queixas na noite de segunda-feira.

A ideia é particularmente interessante para políticos como o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, para quem o PFL deve assumir o governo, aproveitando o Centro Democrático do PMDB e recrutando parceiros nas fileiras dos pequenos partidos, Mas Lourenço e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, estão entre os que se preocupam com uma hipótese inversa, também mencionada na reunião com Sarney: a de que, se o PFL continuar apoiando o Governo

após a promulgação da Carta, grande parte de seus membros poderá deixar a Aliança Democrática para formar outro partido.

Os ministros do PMDB foram constantemente alvo de ataques durante o encontro e Lourenço tornou-se, de certa forma, o centro das atenções ao fazer críticas pesadas ao ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, a quem vem acusando de corrupção. Ele aproveitou as queixas feitas pelo senador Marco Maciel que destacou a ética dos ministros do PFL, empenhados na manutenção da Aliança Democrática e na sustentação do próprio Governo. Deni Schwartz (Desenvolvimento Urbano) foi outro dos alvos preferidos do PFL.

Sem comentários o presidente ouviu as críticas e concordou com o argumento de que o voto de censura a ministros pode criar o equilíbrio entre os partidos no poder e o sistema presidencialista sob Congresso forte. E não contestou a argumentação de que, com a censura, as relações entre o PMDB e o PFL seriam mais harmoniosas.

Como instrumento de contenção dos ministros do PMDB, o voto de censura atendeu aos pefelistas porque eles apresentaram a certeza de que, com o atual ministério, não seria difícil somar no Congresso todo o peso da bancada do PFL mais os peemedebistas moderados para conquistar a

maioria absoluta e derrubar qualquer um deles.

O PMDB teve, de certa forma, uma defesa no posicionamento do deputado Saulo Queiroz (MS), que achou estranhas as críticas de funcionários menores ao projeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), atingindo a própria Constituinte. Saulo não gostou dos pronunciamentos do consultor-geral da República.

Todo o PFL está muito preocupado com a solução a ser dada à Sudene, vaga desde a demissão de Dorany Sampaio no início do mês. Há duas informações. Uma a de que o Presidente teria prometido ao deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do PMDB, que nomearia esta semana o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson. Outra a de que não designará Carlos Wilson para não prejudicar o PFL de Pernambuco.

A questão envolve diretamente o presidente do PFL, Marco Maciel, que está muito impressionado com o descontentamento existente nas bases. Ele sabe que a nomeação de Carlos Wilson agravaria a crise surgida com o pedido de demissão do deputado Joaquim Francisco (PFL-PE) do Ministério do Interior. A única hipótese de conciliação seria a de entregar a presidência da Caixa Econômica ao PFL de Pernambuco, que indicaria Gustavo Krause para o lugar.

JULIO ALCANTARA



Frota Neto com Expedito Machado, que levou Ferreira Lima ao Planalto

Sant'Anna tem emenda pelo presidencialismo

Apesar do mise en scene envolvendo muita disposição para o diálogo, a ponto de chamar políticos de corrente divergentes para conversar no Palácio do Planalto, o Governo não abre mão da manutenção do sistema presidencialista no qual o Presidente da República preserva a chefia do Estado, do Governo e o comando em chefe das Forças Armadas.

O líder do Governo, deputado Celso Sant'Anna, apresenta hoje até a meia-noite, uma emenda presidencialista com tempo ao posto do Palácio do Planalto na qual algumas regras parlamentaristas são admitidas, como a moção de censura individual ou coletiva a ministros. Ela, porém, deverá ser aprovada em plenário por maioria absoluta — metade mais um de todos os parlamentares — e está sujeita a veto do Presidente da República, mas ele acha que isso dificilmente ocorreria, pois a falta de credibilidade num caso como esse impediria a manutenção do ministério.

Sant'Anna arrematou ontem com um lacônico "lamento que sim" a indagação se a forma de parlamentarismo admitida nas fases de subcomissão e comissão temática, resultado de negociações que chegaram a um parlamentarismo mitigado, estava inviabilizada com a proposta do substitutivo Bernardo Cabral.

Está certo também de que confronto entre o sistema parlamentarista puro e o presidencialismo este ganhará em plenário. Mas não tem a mesma certeza se a disputa for com o parlamentarismo misto.

Ele insiste também em dizer que o texto que divulgará hoje não tem origem no Palácio do Planalto, assinalando que o mesmo foi elaborado pela liderança do Governo, com a colaboração de diversos deputados do grupo moderado. Segundo Sant'Anna, foi necessário providenciar uma emenda presidencialista completa porque nada nesse sentido havia sido apresentado na Constituinte.

Seu texto prevê a ampliação e explicitação dos poderes e atribuições do Tribunal de Contas da União que funcionará como auxiliar do Congresso na tarefa de fiscalização financeira e orçamentária do Governo. O Poder Legislativo também poderá acompanhar a execução dos programas com poderes de cobrar e exigir, mas sem alterar rumos.

Existe ainda a permissão do Congresso mexer em determinadas áreas do Orçamento da União na fase de tramitação pelas comissões técnicas, mas nada parecido com o sistema que vigorou no passado, quando a interferência era total. O Congresso não opinará sobre dívida externa mas aprovará planos de

política externa e de desenvolvimento.

Segundo o líder governista, o texto parlamentarista que salu da comissão de organização dos poderes era equilibrado, mas agora não vê sequer a alternativa de renegociar a inserção do mesmo na comissão de sistematização.

Carlos Sant'Anna revelou que na sua emenda não haverá mais a figura de primeiro-ministro, nem nada equivalente. Em compensação, retoma as prerrogativas parlamentares, contidas nas constituições anteriores a 1969. Mesmo assim, ele revelou ontem disposição de manter os canais de negociação com as demais lideranças peemedebistas, no sentido de buscar formas de consenso capazes de viabilizar uma proposta comum e aceita por todas as correntes do pensamento.

Asseguro ainda que o texto dos moderados apresentará um presidencialismo moderno, democrático e com Congresso forte, sem contudo, fazer menção a nada relacionado com parlamentarismo. A inspiração para o texto ele buscou em parte de emenda preparada pelo professor Miguel Reale Júnior e apresentada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima. Só que ela trata de um parlamentarismo mitigado que o Governo não mais se interessa em acatar na nova Constituição.

Planalto retoma negociações com parlamentaristas

O presidente Sarney recebeu ontem três importantes parlamentaristas do PMDB — os deputados Expedito Machado (CE) e Egidio Ferreira Lima (PE) e o senador Nelson Carneiro (RJ). Aos dois deputados, ele apresentou uma nova postura frente a decisão sobre o sistema de governo: disse não ter o presidencialismo como ideia fixa e abriu espaço para novas negociações — embora observadores experientes duvidem de que isso possa conduzir ao parlamentarismo.

A abertura dessa nova rodada foi uma maratona para Ferreira Lima, do Grupo de Articulação Parlamentarista, e Machado, líder do Centro Democrático. Eles percorreram mais de uma vez o trajeto entre o Congresso e o Palácio do Planalto, na tentativa de alcançar uma proposta de consenso sobre o sistema de governo. Mesmo defendendo um sistema, que de parlamentarista só tem o nome, com todos os e o primeiro-ministro servindo apenas de auxiliar do Executivo, Expedito Machado foi quem promoveu os dois encontros de ontem entre o presidente José Sarney e Egidio Ferreira Lima, defensor do Parlamentarismo mais amplo, chamado "mitigado".

A primeira reunião aconteceu logo pela manhã, quando os deputados conversaram durante meia hora com o presidente Sarney, depois de passar uma hora e meia com o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, discutindo o mesmo tema. A tarde, Expedito Machado representando do Centro Democrático e do grupo de parlamentares incumbido de apresentar emendas encaminhadas pelo Governo, encarregou-se de levar ao relator Bernardo Cabral o resultado dos entendimentos mantidos pela manhã.

Depois de palestrar por mais de uma hora com Cabral, Machado saiu diretamente para o Palácio do Planalto, onde com Egidio Ferreira Lima, manteria uma nova rodada de negociações. Na saída ele negou que tivesse conversado sobre o assunto com o relator. "Eu vim apenas trazer a minha solidariedade a Cabral, que é um homem afirmado e confirmado como homem do Centro Democrático, e está recebendo muitas críticas e pressões". E negou também que já existisse uma emenda pronta do governo sobre sistema de governo, contrariando informações do deputado governista Prisco Viana (PMDB-BA).

"Não existe nada de fechado até agora. Estamos como os namorados, e o que que os namorados fazem?", é o que vamos fazer, conversar até o último minuto, a partir de uma pro-

posta para negociação — dispistou o representante do Centro Democrático.

CO-HABITAÇÃO

Enquanto o deputado Egidio Ferreira Lima cuidava de trabalhar junto ao governo, outro membro do Grupo de Articulação Parlamentarista, o senador José Fogaça (PMDB/RJ) tentava vender a sua proposta de "parlamentarismo mitigado" aos grupos dos 32 e do Consenso, reunidos durante todo o dia na Fundação Israel Pinheiro.

Confiante em uma estatística que garante 60% de parlamentaristas na Comissão de Sistematização, Fogaça explicou que a função de seu grupo era justamente articular a aceitação do Parlamentarismo, "passando pelo Palácio do Planalto, até os grupos de esquerda e direita na Constituinte".

A DISPOSIÇÃO

De acordo com o entendimento mantido com o Chefe do Gabinete Civil, Egidio Ferreira Lima ficou à disposição para algumas conversas com especialistas do Palácio do Planalto em sistema de Governo. Acredita-se que o próprio Consultor Geral da República, Saulo Ramos, venha a procurar o deputado pernambucano para uma conversa.

Ontem à noite, em seu gabinete, Ferreira Lima, dizia que o grupo parlamentarista está concluindo sua proposta, a ser apresentada como emenda, ainda hoje, ao projeto do Deputado Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização. De sua parte, o deputado Prisco Viana revelava que, ainda hoje, o Governo também apresentará sua proposta.

O Palácio do Planalto deseja trabalhar com duas hipóteses, segundo Prisco Viana — uma, de presidencialismo clássico, com o fortalecimento do Congresso, outra de presidencialismo, com regras parlamentaristas, com a qual ainda tem esperança de negociar com o próprio grupo parlamentarista.

Proposta fortalece Presidente

Um grupo de constituintes defensores do sistema parlamentarista de governo — liderado pelos senadores peemedebistas Nelson Carneiro (RJ) e José Fogaça (RS) — está elaborando uma nova proposta sobre o sistema de governo para ser apresentada hoje ao substitutivo Bernardo Cabral. Segundo Fogaça, essa sugestão tem como ponto mais importante o fortalecimento do papel político do Presidente da República.

O Presidente — disse Fogaça — deve ser o grande árbitro, o grande condutor, pois ele será eleito com uma grande carga de legitimidade social, com mais de 40 milhões de votos. Argumento que é da maior importância que o Presidente tenha ascendência sobre a formação do governo e a nomeação do primeiro-ministro. Para Fogaça, se tiver um Presidente da República como figura simbólica "estaremos cometendo uma traição cultural ao povo brasileiro".

Posição do PFL será decisiva

O Governo está informado de que a aprovação ou não da mudança do sistema na Comissão de Sistematização está dependendo de oito constituintes do PFL que são simpáticos ao parlamentarismo, mas que não anunciaram formalmente seus votos. Seguros, estão 42 dos 93 votos da Comissão. O presidencialismo estaria garantido por esses cálculos.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), foi cumprimentado ontem por vários constituintes. Na segunda-feira à noite, no Alvorada, ele disse ao Presidente da República que era parlamentarista por tradição e não mudava de posição. Preferia deixar a liderança.

FUTURO

O presidente Sarney, no encontro com a cúpula do PFL, realizado segunda-feira à noite no Alvorada,

voltou a reafirmar que não pode concordar com a adoção do sistema parlamentarista porque será gerador de crises e tornará a Nação ingovernável. Além das dificuldades que o País enfrenta, como a crise econômica, que citou expressamente, o parlamentarismo seria um grave fator de instabilidade.

Dos participantes do encontro, apenas dois, o líder Carlos Chiarelli e o deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do PFL, são declaradamente parlamentaristas. Ambos resistiram aos argumentos do Presidente da República e frisaram que não têm como alterar seu posicionamento.

A cúpula do PFL, no entanto, espera que o partido seja decisivo para manter o presidencialismo. Dos 23 representantes na Comissão de Sistematização, 11 estão definidos com o presi-

dencialismo e 12 têm simpatias pelo parlamentarismo, mas destes apenas quatro são considerados definitivos. Os outros serão convencidos a mudar de opinião. Se isso ocorrer, a proposta estará derrotada.

A deputada Sandra Cavalcanti (RJ), vice-líder do PFL, não está gostando da posição dos dirigentes e líderes que arrolam o partido a favor do presidencialismo. Para ela, essa posição somente será conhecida se houver uma reunião conjunta da bancada da Câmara e do Senado.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), acusou ontem o PMDB, "parte do PMDB", ressaltou, de estar procurando implantar o parlamentarismo para acambarcar desde logo o poder. "O que eles pretendem é fazer do dr. Ulysses Guimarães o Primeiro-Ministro e ficarem trinta anos no Poder".

Comissões da Câmara terão maior poder

O projeto do relator Bernardo Cabral recomenda que a partir do próximo ano as comissões da Câmara dos Deputados tenham poder decisório para aprovar, ou não, as propostas de iniciativa parlamentar. Isso foi destacado pelo deputado Antonio Britto (PMDB-RS) como de grande importância para agilizar os trabalhos dos congressistas.

Citou, inclusive, que o Congresso "precisa se reaparelhar para melhor funcionar". E a primeira medida nesse sentido é a necessidade de mudar o regime interno, tão logo seja promulgada a nova Constituição.

O parlamentar gaúcho mencionou um fato surpreendente: nos últimos anos cerca de 90 por cento das matérias votadas pelo Congresso foram de origem do Executivo, muitas das quais em regime de urgência. Isso — acrescentou — "nos dá bem uma ideia de que os parlamentares têm legislado apenas sobre questões secundárias".

Antonio Britto é favorável ao parlamentarismo como forma de governo e ao voto distrital.

PRECAUÇÕES

O Governo tomou a precaução de, antes de convidar políticos parlamentaristas, para uma conversa no Palácio do Planalto, buscar informações a respeito das posições deles e se estavam de todo irredutíveis. A revelação foi feita ontem pelo deputado Albérico Filho, (PMDB-MA), que participou no dia anterior de um encontro no Palácio entre o presidente José Sarney, os ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes e líderes políticos do PMDB e do PFL.



Antonio Britto

Comissões da Câmara terão maior poder

O projeto do relator Bernardo Cabral recomenda que a partir do próximo ano as comissões da Câmara dos Deputados tenham poder decisório para aprovar, ou não, as propostas de iniciativa parlamentar. Isso foi destacado pelo deputado Antonio Britto (PMDB-RS) como de grande importância para agilizar os trabalhos dos congressistas.

Citou, inclusive, que o Congresso "precisa se reaparelhar para melhor funcionar". E a primeira medida nesse sentido é a necessidade de mudar o regime interno, tão logo seja promulgada a nova Constituição.

O parlamentar gaúcho mencionou um fato surpreendente: nos últimos anos cerca de 90 por cento das matérias votadas pelo Congresso foram de origem do Executivo, muitas das quais em regime de urgência. Isso — acrescentou — "nos dá bem uma ideia de que os parlamentares têm legislado apenas sobre questões secundárias".

Antonio Britto é favorável ao parlamentarismo como forma de governo e ao voto distrital.

No último dia, a vez do Governo

O consultor-geral da República preparou um conjunto de emendas ao projeto de Constituição apresentado pelo deputado Bernardo Cabral. O presidente Sarney entregou-as, ontem, em um envelope, ao deputado Expedito Machado, (foto ao lado), coordenador da Bancada do Ceará e um dos líderes do chamado Centro Democrático, para que sejam apresentadas hoje, último dia do prazo.

Segundo parlamentares ligados a Sarney, o Governo não está disposto a apoiar a chamada imissão de posse para não oferecer à UDR do sr. Ronaldo Caiado "um grande cavalo de batalha". A ideia é a de limitar em 500 hectares as propriedades que não poderão ser desapropriadas. Com isso, o Presidente está certo de que tranquilizará os pequenos e médios proprietários tirando essa massa de manobra de exploração da UDR.

O Governo vai lutar para que a definição do papel das Forças Armadas seja aquele mesmo que foi aprovado na Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral e Partidária e Defesa das Instituições e que é compatível com a tradição do texto constitucional desde a Constituição de 1891.

deferindo às Forças Armadas a responsabilidade de zelar pelo respeito à lei e à ordem.

Quanto à anistia, a ideia oficial é de que a nova Carta Constitucional não trate do assunto. O Governo entende que a anistia já foi concedida através da Emenda Constitucional nº 26. Haverá emendas patrocinadas por políticos governistas para alterar a essência do capítulo sobre o Sistema Tributário do projeto Bernardo Cabral.

Segundo parlamentares governistas, o sistema tributário ali proposto aumenta os encargos e as despesas da União em 210 por cento, enquanto diminui a receita em 35 por cento. O Presidente entende que tal como está proposto no projeto Bernardo Cabral o sistema tributário torna o País ingovernável.

O Governo também tem interesse de alterar a parte que disciplina a lavra e exploração mineral no País, argumentando que o projeto Bernardo Cabral vai desestimular os investimentos nacionais e estrangeiros em um setor em que o Brasil pode rivalizar com os países que possuem as maiores reservas minerais do mundo, se aproveitar seu potencial.

Sistema de governo divide os moderados

O Centro Democrático do PMDB não fechará a questão na votação do sistema de governo ou de qualquer outro tema na Assembleia Nacional Constituinte e boa parte de seus integrantes votará a favor do parlamentarismo, apesar do esforço do líder do Governo, Carlos Sant'Anna, em obter apoios à manutenção do presidencialismo.

A informação é do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), integrante do Centro Democrático e defensor do sistema parlamentarista, esclarecendo que o bloco "não é um par-

tido dentro do PMDB. Se o PMDB não fechou a questão — acrescentou — nós também não fecharemos".

Ribeiro disse que o Centro Democrático não assumiu nenhum compromisso com o presidente Sarney quanto ao sistema de governo, embora seus líderes, como o deputado Expedito Machado, estejam em permanente negociação com o Palácio do Planalto. Ele pessoalmente defende as eleições gerais em todos os níveis e a dissolução da Assembleia após a promulgação da nova Carta e votará nesse sentido.

LEONARDO MOTA

Planalto sem texto

No Palácio do Planalto há convicção de que o governo não deve ter um anteprojeto alternativo para a Constituinte, que seria redigido pelo consultor-geral Saulo Ramos em caso de um impasse no encaminhamento final do anteprojeto da Comissão de Sistematização, à votação em plenário. Essa regra palaciana decorre do reconhecimento de que a Constituinte resolverá seus males por si própria, decantando-os num projeto final capaz de evitar todos os pecados léxicos, gramaticais, acacianos, que agora cometem.

O Presidente pediu a seus assessores mais chegados no Planalto, e todos os ministros, que lhe enviassem sugestões sobre o último anteprojeto do deputado Bernardo Cabral. Essas sugestões consubstanciam um projeto alternativo mesmo porque o jurista Saulo Ramos não tem a experiência parlamentar nem é versado em direito constitucional.

O que o Presidente fará é redimir-se de um pecado original que foi seu alheamento do processo de eleição dos constituintes. Não cuidou junto aos governadores para listar candidatos que poderiam vir a receber apoio político maciço com vistas a sua eleição, e com seu nível de conhecimento e experiência, enriquecer os trabalhos da Constituinte. Desse naipe de candidatos o Sr. José Sarney só se interessou de fato pela sorte eleitoral do professor Afonso Arinos, hoje, o Presidente reconhece que não poderá ficar descomprometido com o resultado final da Constituinte; Mas não terá texto palaciano em opção ao de Cabral.

PLANQ PRIVILEGIA FERROVIAS

O presidente Sarney está plenamente consciente de que deve iniciar um conjunto de obras nos anos que lhe faltam de mandato, para legitimar sua presença no governo que entende não ser apenas de transição política mas de retomada do desenvolvimento econômico, racionalização do serviço público, modernização da sociedade em todos os níveis. Entre as obras que o Presidente se dedicará está projetado um esforço inédito no âmbito dos transportes, para rasgar o País com ferrovias modernas capazes de integrar os sistemas de produção e escoar as safras. Rasgarão não só Norte a Sul, mas Leste a Oeste, e o Sul.

Para cumprir esse objetivo o Presidente assinará nas próximas horas (se ainda não assinou) decreto que permite ao Ministério dos Transportes alocar recursos do Plano Nacional de Viação para a retomada ferroviária. Sarney entende que outros países já venceram suas distâncias com ferrovias, e leu na biografia de Lincoln, por Gore Vidal, que nos Estados Unidos os desertos, os pântanos foram vencidos por ferrovia que chegou até a Califórnia, mas sem antes enfrentar a resistência de um congresso hostil.

Tudo agora depende do Congresso, para onde Sarney mandou seu orçamento com dotação de Cz\$ 8,1 bilhões somente para a Ferrovia Norte-Sul. Se for seccionado por parlamentares, muito bem, o Presidente da República acatará. Mas se julga no direito de tentar mostrar que o País poderá ser definitivamente integrado por ferrovias.

PÉROLAS DA CONSTITUINTE

O anteprojeto atual classifica entre os bens da União "as cavidades naturais subterrâneas". E esse o nome do subsolo.



Bernardo Cabral recebeu solidariedade de integrantes do Centro Democrático